

apoio a atividades lúdicas, sítios na zona ribeirinha junto ao Parque Desportivo de Leiria, zonas 5 e 6 de intervenção do programa LeiriaPolis.

Mais deliberou por maioria, com o voto de abstenção da Senhora Vereador Blandina Oliveira, ao abrigo disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, ratificar o despacho do senhor presidente da Câmara Municipal, datado de 4 de setembro de 2013, determinando o adiamento dos atos públicos agendados para o dia 4 de setembro de 2013 às 10h30 para o dia 27 de setembro de 2013 às 10h30.

Deliberou por último, que à presente deliberação fosse dada publicidade nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, através de Edital a afixar nos lugares de estilo e nas sedes das freguesias do concelho, e a publicar em dois jornais regionais editados na área do Município de Leiria e, ainda na página eletrónica do Município de Leiria na Internet, em www.cm-leiria.pt.

A presente deliberação foi aprovada em minuta

PONTO DOIS

UNIDADE DE GESTÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS

Centro Educativo de Monte Redondo. Adenda ao Contrato de Financiamento

DLB N.º 1104/13 | Presente a adenda ao contrato de financiamento, relativo à candidatura apoiada pelo FEDER, referente ao projeto “Centro Educativo de Monte Redondo”, celebrado entre o Município de Leiria e o maisCENTRO, em 04/08/2011. A adenda (Anexo B), de 23/08/2013, surge na sequência do pedido de alteração, submetido em 16/07/2013 e aprovado pelo maisCENTRO em 22/08/2013, solicitando a alteração temporal, alterando a data de conclusão para 19/12/2013, e financeira, adequando os valores da operação aos valores reais, dado que os mesmos já se encontram apurados (exceção para as revisões de preços).

O investimento total desta candidatura é de €1.648.028,32, assumindo o valor de €1.204.405,78 de despesa elegível, sendo a sua comparticipação no valor máximo de €1.023.744,91, a que corresponde a taxa de 85%.

A Câmara Municipal **tomou conhecimento** da adenda ao contrato de financiamento, na sequência da aprovação, pelo maisCENTRO, em 22/08/2013, do pedido de alteração temporal e financeira, referente ao projeto “Centro Educativo de Monte Redondo”.

PONTO TRÊS

DIVISÃO DO DESPORTO

3.1. Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Leiria e a Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos

A Senhora **Vereadora Blandina Oliveira** referiu que este assunto, o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para a piscina da Maceira, foi agendado desfasado no tempo, uma vez que já tinha sido presente uma deliberação similar numa reunião da Câmara Municipal referente às piscinas de Leiria e Caranguejeira, questionando a razão pela qual este assunto não foi presente

juntamente com o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo para as piscinas de Leiria e Caranguejeira. A Senhora Vereadora questionou ainda porque é que foi escolhido o Contrato-Programa em vez de concurso público.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não era o mesmo assunto, e que foi realizado uma mini consulta, tendo sido selecionado o Bairro dos Anjos, porque demonstraram mais eficiência.

A Senhora **Vereadora Blandina Oliveira** não colocou em causa as associações (Bairro dos Anjos e Maceirinha), assim como o seu mérito, mas discorda do procedimento escolhido (contrato-programa) para os equipamentos desportivos. Tal como já defendeu no passado para o caso dos pavilhões desportivos e Centro Nacional de Lançamentos voltou a referir que deveria ter sido aberto concurso público conforme está previsto no Código dos Contratos Públicos.

Mais mencionou que ao longo do tempo é de esperar que a entidade que ficava a tomar conta das instalações desportivas não iria realizar investimentos avultados, e que no futuro quando o município receber as instalações estas estarão em pior estado.

O Senhor **Vereador António Martinho** referiu que falou com o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre equipamentos especiais que obrigavam as Câmaras Municipais que tivessem alguma capacidade de controlo e a Câmara Municipal, independentemente da entidade, tinha a responsabilidade de fundo de conseguir resolver alguns problemas e permitisse que o retorno fosse mantido. A Câmara Municipal de Leiria tinha de ter sempre uma comparticipação dos utilizadores da piscina.

A Senhora **Vereadora Blandina Oliveira** lembrou que, pese embora exista alguma complexidade em termos de manutenção, a piscina municipal de Leiria tem dado lucro.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que as grandes reparações iriam ser efetuadas sempre pela Câmara Municipal de Leiria.

DLB N.º 1105/13 | Presente a carta da Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos (ENTFE. 2013/6504, de 3 de setembro), na qual solicita à Câmara Municipal a análise da proposta de Programa de Desenvolvimento Desportivo, e respetivo apoio para o desenvolvimento do referido Programa.

Considerando que a Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos, cumpre os requisitos definidos no Regulamento de Atribuição de Auxílios do Município de Leiria (RAAML), aprovado em Assembleia Municipal de 30 de abril de 2012, com a nova redação aprovada em reunião de Câmara Municipal e Assembleia Municipal de 19 e 28 de fevereiro, respetivamente, possuindo para o efeito a inscrição no RAAML 2013, RAAML 2012/39, de 26 de julho e formulário de pedido de auxílio, ENT. 2013/4474, de 2 de abril;

É presente também, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a proposta de minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Leiria e a Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos, que a seguir se transcreve:

«(Minuta de) Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo

Considerando que:

O artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) determina que todos têm direito à cultura física, incumbindo ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto;

A concretização princípio constitucional atrás referido exige a conjugação de esforços, nomeadamente, do Governo, das Autarquias Locais, das escolas, dos organismos da administração pública desportiva, das coletividades, das federações, das associações e dos clubes desportivos;

A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciados na criação de condições de prática desportiva é uma das competências e obrigações das Autarquias Locais na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas;

As autarquias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento desportivo e no incremento da prática desportiva e necessitam, para a prossecução destes objetivos, de juntar esforços com várias entidades públicas e privadas, no sentido de atingir plenamente e de forma conjugada tais objetivos;

Importa estruturar as condições dessa atribuição e participação, sendo inequívoca a vantagem de garantir uma mais eficaz, lógica e transparente mobilização e utilização dos recursos públicos, com vista à sua otimização.

Neste contexto, a Divisão do Desporto da Câmara Municipal de Leiria, tem assumido um papel importante em articulação com várias entidades, nomeadamente Juntas de Freguesia, Escolas, Associações, Federações, Clubes, Grupos Informais, Institutos Públicos, Instituições Particulares de Solidariedade Social, etc., com um papel social, cultural, formativo e desportivo de inestimável significado.

A Câmara Municipal de Leiria entende que as associações desportivas desempenham uma importante função social, sendo de realçar a sua inestimável contribuição para o desenvolvimento do desporto, bem como para o lazer e ocupação dos tempos livres das populações, nomeadamente, das camadas mais jovens e socialmente mais carenciadas.

A dotação daquelas entidades com meios e recursos que viabilizem a sua atividade regular e permitam a concretização de iniciativas e projetos de interesse comunitário, constitui um requisito que responsabiliza, não apenas os respetivos associados, mas também os Poderes Públicos: a Administração Central e as Autarquias.

A Câmara Municipal de Leiria reconhece, deste modo, a importância e o trabalho dos dirigentes associativos para o progresso e desenvolvimento integrado do Concelho, na área desportiva.

Nesta conformidade, considera a Câmara Municipal de Leiria que os apoios consignados no presente contrato programa de desenvolvimento desportivo conferem à entidade beneficiária responsabilidades acrescidas, não só para os seus associados, mas também em relação à comunidade desportiva concelhia, traduzindo-se tais responsabilidades numa efetiva garantia do desenvolvimento regular das suas atividades e de um desempenho qualitativamente superior da sua função social.

A Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, permite, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º e do artigo 67.º, que as Câmaras Municipais celebrem acordo e protocolos de colaboração com instituições públicas, particulares ou cooperativas,

em termos que protejam cabalmente os direitos e deveres de cada uma das partes e o uso, pela comunidade local, dos equipamentos.

Todo o propugnado na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, reforça e dá cumprimento aos princípios fundamentais tutelados pela Constituição da República Portuguesa, em particular, o princípio de que *«Todos têm direito à cultura física e ao desporto»*.

A Câmara Municipal de Leiria, de acordo com o espírito da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e regulamentação específica sobre a matéria – Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, bem como o Regulamento de Atribuição de Auxílios do Município de Leiria (RAAML), desenvolve uma metodologia de apoios ao Movimento Associativo Desportivo Concelhio, promovendo o conceito de “Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo” com uma efetiva e clara política de apoios e incentivos.

Os apoios financeiros concedidos pela Câmara Municipal de Leiria, no âmbito dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, encontram-se exclusivamente afetos às finalidades para as quais foram atribuídos, sendo absolutamente insuscetíveis de penhora ou de outra qualquer forma de apreensão judicial de bens ou oneração, conforme artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Os apoios concedidos pela Câmara Municipal de Leiria identificam no clausulado do presente contrato-programa as contrapartidas de interesse público, de acordo com o propugnado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

A Piscina Municipal de Maceira é uma das mais recentes instalações desportivas que, enquanto instalação desportiva de uso público, integram o património edificado do Município de Leiria.

A Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos – Leiria, associação privada sem fins lucrativos, sediada na Ludoteca Afonso Lopes Vieira, em Leiria, com estatutos aprovados em 1 de março de 1984, e publicados no Diário da República, III série, n.º 83, de 7 de abril de 1984, reconhecida como instituição de utilidade pública, com estatuto de utilidade pública, publicado no Diário da República, II série, n.º 224, de 28 de setembro de 1989, inscrita no Registo de Atribuição de Auxílios do Município de Leiria sob o n.º 39/2012, é um clube com grandes tradições nas modalidades de natação e atletismo, que se rege pelos mais altos valores éticos do desporto, contribuindo para uma correta formação da juventude e desempenhando um importante papel no desenvolvimento desportivo da população leiriense.

De acordo com o artigo 2.º dos seus Estatutos e o artigo 2.º do Regulamento Geral Interno, a Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos – Leiria tem por fim *“(…) as actividades de desporto, cultura e recreio.”* e *“(…) proporcionar aos seus associados e familiares a satisfação de interesses relacionados com o seu bem-estar, contribuindo para ocupação de tempos livres, designadamente, através da prática de actividades de desportivas, culturais e recreativas.”*

A função principal da Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos – Leiria neste contrato-programa de desenvolvimento desportivo é a gestão da Piscina Municipal de Maceira, de propriedade municipal, de acordo com as regras propugnadas no presente Contrato e em parceria e apoio da Câmara Municipal de Leiria.

Nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, compete à câmara municipal *“Apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra”*.

O artigo 67.º da supra citada legislação as referidas competências *“podem ser objeto de protocolo de colaboração com instituições públicas, particulares e cooperativas, que desenvolvam a sua atividade na área do município, em termos que protejam cabalmente os direitos e deveres de cada uma das partes e o uso, pela comunidade local dos equipamentos.”*.

Assim, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º, conjugado com o artigo 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e ao abrigo do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, conjugada com o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, é celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entre:

O **Município de Leiria**, adiante designada por Município, ou primeiro outorgante, neste ato pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Raul Miguel de Castro.

e

A **Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos – Leiria**, adiante designada por ADCRBA, ou segundo outorgante, sediada na Ludoteca Afonso Lopes Vieira, em Leiria, com estatutos aprovados em 1 de março de 1984, e publicados no Diário da República, III série, n.º 83, de 7 de abril de 1984, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Direção, Mário da Graça Lameiro Monteiro, com poderes para intervir no ato, conforme deliberação tomada em reunião da direção de 27 de maio de 2013.

É celebrado, e pelas partes aceite, o presente contrato-programa que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Objeto

1. Constitui objeto do presente contrato a atribuição de apoios à ADCRBA, nos termos previstos no número seguinte.
2. A atribuição dos apoios consignados neste contrato-programa foi precedida de formalização de pedido apresentado pela ADCRBA, no qual consta o respetivo Programa de Desenvolvimento Desportivo, que constitui o Anexo I deste contrato e dele faz parte integrante, devidamente instruído de acordo com o RAAML.
3. Os apoios a conceder no âmbito do presente contrato-programa têm uma componente:
 - a) Não Financeira, através da cedência da Piscina Municipal de Maceira, de propriedade municipal, de ora em diante designada apenas por Piscina, com vista à sua gestão, manutenção, conservação e utilização dos espaços assinalados na planta que constitui o Anexo II ao presente Contrato-Programa e que deste faz parte integrante;
 - b) Financeira, com vista à implementação do Programa de Desenvolvimento Desportivo.
4. A cedência da Piscina inclui os equipamentos descritos no Anexo III, que faz parte integrante do presente Contrato-Programa.

5. A disciplina do regime de comparticipação de âmbito financeiro e não financeiro e o acompanhamento de execução do objeto do presente contrato-programa é definida pelo Município.

Cláusula Segunda

Apoio não financeiro

O Município atribui à ADCRBA a cedência da gestão da Piscina, com vista ao desenvolvimento de projetos, programas e atividades físicas e desportivas em meio aquático e, em particular, da prática e fomento da natação na sua vertente competitiva, através da Escola de Natação do Bairro dos Anjos, de modo a incrementar a prática desportiva da população leiriense em geral e dos associados do clube, em particular, acordo com as especificidades desenvolvidas nas cláusulas seguintes.

Cláusula Terceira

(Apoio financeiro)

1. O primeiro outorgante prestará um apoio financeiro no valor total de €48.000,00 (quarenta e oito mil euros), que terá como finalidade o apoio à gestão da Piscina.
2. A quantia referida no número anterior será liquidada em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas de €4.000,00 (quatro mil euros) cada.
3. Em caso algum, o Município comparticipará em indemnizações ou qualquer outro tipo de encargos ou custos, que venham eventual e supervenientemente a ser devidos pela ADCRBA ou a terceiros, em virtude da concretização do objeto do presente contrato-programa.

Cláusula Quarta

Período de transição – Comissão de Acompanhamento

1. Após a celebração do contrato-programa, e com vista à transferência da gestão da Piscina, é definido um período de transição de 60 (sessenta) dias no decorrer do qual será constituída uma comissão de acompanhamento, composta por dois elementos designados pelo Município e um elemento indicado pela ADCRBA.
2. À comissão competirá acompanhar o andamento executivo do processo de transferência de gestão da Piscina do Município para a ADCRBA, de modo a que o mesmo se processe com diligência e no respeito pelos princípios fundamentais da gestão dos bens públicos, nomeadamente, transparência e interesse público.

Cláusula Quinta

Indicadores do projeto de gestão da Piscina

No âmbito do objeto do presente contrato-programa, os indicadores são os que se encontram diretamente explicitados nos formulários de pedido de apoio apresentados pela ADCRBA e que foram sufragados pela análise fundamentada dos serviços, em função de critérios previamente definidos em sede do RAAML.

Cláusula Sexta

Obrigações do primeiro outorgante

O Município obriga-se a:

- a) Ceder a gestão da Piscina para fins, única e exclusivamente, de âmbito desportivo, com vista ao incremento da prática desportiva da população leiriense e dos associados do clube;

- b) Transferir para a ADCRBA o montante referido na cláusula terceira, nos termos aí definidos;
- c) Verificar o exato desenvolvimento do objeto que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;
- d) Designar os representantes para integrar a Comissão de Acompanhamento da transferência da gestão;
- e) Supervisionar e fiscalizar a gestão da Piscina, de acordo com as regras definidas no presente contrato-programa e na legislação especial que ao caso se aplicar;
- f) Celebrar contrato de seguro de responsabilidade civil por acidentes ocorridos na Piscina e ainda seguro por acidente pessoais relativo às atividades desportivas diretamente organizadas pelo Município ou em parceria com as Freguesias;
- g) Elaborar, conjuntamente com a ADCRBA, um Plano Anual de Atividades Conjuntas com vista ao incremento da atividade desportiva da população leiriense;
- h) Apoiar financeiramente, no todo ou em parte, as obras de manutenção constantes do Anexo IV deste contrato e dele faz parte integrante, ou quaisquer outras que se mostrem necessárias após estudo, análise e parecer fundamentado por parte da Divisão do Desporto (DID) e do Departamento de Infraestruturas e Manutenção (DIEM);
- i) Sem prejuízo da obrigatoriedade de entrega dos relatórios de execução financeira e física por parte da ADCRBA, a gestão da Piscina pode ser submetida a auditorias a realizar pela Divisão de Auditoria (DIAU) da Câmara Municipal de Leiria, devendo os beneficiários disponibilizar toda a documentação adequada e oportuna para o efeito.

Cláusula Sétima

Obrigações do segundo outorgante

A ADCRBA obriga-se a gerir a Piscina, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Responsabilizar-se pelo pagamento dos custos de Recursos Humanos necessários ao funcionamento da Piscina, assim como eletricidade, água, gás, serviços de limpeza, seguros, segurança e vigilância que digam diretamente respeito ao seu funcionamento;
- b) Cumprir o Regulamento Interno de utilização da Piscina Municipal de Maceira;
- c) Assegurar a disponibilização de um diretor técnico para a instalação desportiva;
- d) Manter aberta a instalação nos termos do seu Regulamento;
- e) Respeitar as normas legais e regulamentares inerentes ao funcionamento da Piscina;
- f) Ceder, prioritariamente e sem qualquer cobrança de preço, a instalação à Câmara Municipal de Leiria e às Juntas de Freguesias do Concelho, para a realização de eventos conjuntamente implementados que revistam manifesto e fundamentado interesse municipal, nacional ou internacional, organizados diretamente por entidades, ou ao abrigo de protocolos ou contratos-programa com entidades terceiras, desde que não prejudique, substancialmente, o normal funcionamento regular da instalação e com a antecedência mínima de 1 (um) mês;
- g) Ceder o uso da Piscina, preferencialmente, às coletividades, estabelecimentos de ensino, grupos informais e outras instituições públicas sedeadas na área territorial das Freguesias do

Concelho e, subsidiariamente, a instituições de índole privada, de acordo com os regulamentos internos de utilização referido na alínea b);

- h) Respeitar, manter e ampliar, no caso em que a Câmara Municipal assim o entender, os Programas já em funcionamento nas Piscinas, em particular e de forma prioritária, o Programa ViverActivo nos termos a definir pelas partes em documento específico;
- i) Acordar com a Associação de Natação de Leiria um plano e calendarização de provas de competição, preferencialmente ao domingo;
- j) Ceder o uso de pistas da Piscina tendo em consideração as regras estabelecidas no regulamento interno de utilização da instalação desportiva;
- k) Informar, por escrito, o Município sempre que ocorram situações anómalas respeitantes ao funcionamento das Piscinas;
- l) Responsabilizar-se pelo controle da qualidade do ar, água e temperatura das Piscinas, efetuando as necessárias análises periódicas através de entidade externa, nos termos da legislação em vigor nesta matéria;
- m) Prestar todos os esclarecimentos sobre o funcionamento da instalação desportiva à CML/DID, através da Comissão especialmente criada para o efeito, reservando-se esta ao direito de proceder a auditorias, inquéritos e sindicâncias;
- n) Incluir, obrigatoriamente, em caso de existência de procura por parte dos munícipes, no plano de água a desenvolver com atividades próprias ou em regime de cedência, atividades aquáticas dirigidas para população infanto-juvenil, para a terceira idade, para o 1.º ciclo de ensino básico e para pessoas com mobilidade reduzida, disponibilizando para essas atividades uma quota mínima de 50% do plano de água;
- o) Cobrar os preços de utilização da instalação desportiva a terceiras entidades de acordo com valores que fixados no respetivo regulamento interno de utilização e fazer sua a respetiva receita;
- p) Incluir no respetivo sistema contabilístico um centro de resultados para registo exclusivo dos proveitos referentes aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados, com menção expressa da sua proveniência e da insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração;
- q) Apresentar à CML:
 - i) Trimestralmente, um relatório das atividades desenvolvidas, com o mapa de execução das receitas e despesas da utilização diária/mensal da instalação;
 - ii) No final de cada semestre, um relatório de gestão e contas da instalação desportiva;
 - iii) Até 31 de março de cada ano, um Relatório Anual de Gestão e Contas e Atividades da Instalação do ano anterior.
- r) O valor global semestral dos resultados de exploração obtidos deverá ser afeto ao fomento das atividades aquáticas, preferencialmente destinadas aos grupos identificados na alínea n), com enquadramento por técnicos licenciados na área de Educação Física e Desporto, vertente natação, ou por técnicos com formação profissional reconhecida e equiparada;

- s) Respeitar a legislação aplicável a serviços de *vending*, quer em caso de gestão direta, quer os mesmos sejam objeto de subconcessão, devendo esta ser previamente autorizada, por escrito, pelo primeiro outorgante e seguir os princípios básicos da contratação pública, nos termos da legislação aplicável;
- t) Assegurar que todas as entidades utilizadoras da instalação prestem prova que detêm apólice de seguro obrigatório de acidentes pessoais dos utentes, nos termos da legislação em vigor;
- u) Assegurar que todos os utentes conheçam e respeitem o propugnado no número 2 do artigo 40.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- v) Apresentar até finais de fevereiro de cada ano civil à Câmara Municipal de Leiria/DID, o seu Plano Anual de Atividades específico no que toca à Piscina, sendo responsável pela sua conceção, desenvolvimento e avaliação;
- w) Colaborar com a Câmara Municipal de Leiria na elaboração de um Plano de Atividades conjunto relativo à utilização da Piscina;
- x) Participar nas atividades desportivas organizadas diretamente pela Câmara Municipal de Leiria e Juntas de Freguesia do concelho;
- y) Assegurar que todos os apoios atribuídos à ADCRBA pelo Município sejam devidamente dados a conhecer aos sócios e à população local em todos os atos públicos organizados pela mesma;
- z) Obter prévia autorização da Câmara Municipal de Leiria para a realização de todas as obras de manutenção e conservação da Piscina;
- aa) Disponibilizar o Livro de Reclamações, nos termos da legislação em vigor a todos os utentes, responder às mesmas e enviar, trimestralmente, à Câmara Municipal de Leiria/DID, cópias das reclamações e respetivas respostas dadas aos reclamantes;
- bb) Respeitar toda a legislação em matéria de contratação de recursos humanos, higiene e segurança em vigor;
- cc) Informar a empresa responsável pelo apoio informático à Piscina que deve entregar trimestralmente à Câmara Municipal de Leiria os dados relativos ao número de utentes que frequentam as instalações;
- dd) Publicitar o apoio da Câmara Municipal de Leiria, através da menção expressa «*Com o apoio da Câmara Municipal de Leiria*» e inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- ee) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- ff) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato-programa, nomeadamente, através do mecenato, ou outras formas que se mostrem adequadas à situação, de acordo com a legislação em vigor;

Cláusula Oitava

Prazo de vigência

O presente contrato-programa entra em vigor após a sua celebração e tem a duração de 4 (quatro) anos, sendo automática e sucessivamente renovado por iguais períodos se não for denunciado por

qualquer das partes, mediante carta registada com aviso de receção dirigida à outra parte, com a antecedência de 30 (trinta) dias.

Cláusula Nona

Custo previsto do Programa

O custo previsto do Programa é de €96.010, 00 (noventa e seis mil e dez euros), conforme resulta do Programa anexo ao presente contrato-programa e que dele faz parte integrante, valor que será parcialmente participado pelo primeiro outorgante.

Cláusula Décima

Sistema de acompanhamento e controlo de execução

1. O Município, através de uma Comissão interdisciplinar de acompanhamento e supervisão, especialmente criada para o efeito, fiscalizará a execução do presente contrato-programa, podendo realizar inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditorias.
2. A Comissão definirá o seu plano de supervisão, o que incluirá obrigatoriamente visitas regulares e periódicas à instalação e vistoria da qualidade da prestação de serviço aos municípios.

Cláusula Décima Primeira

Revisão

O presente contrato-programa pode ser objeto de revisão, por acordo entre as partes, no que se mostre estritamente necessário ou, unilateralmente, pelo Município, devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Leiria.

Cláusula Décima Segunda

Incumprimento, revogação e sanções

1. O incumprimento pela ADCRBA de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa constitui causa de revogação direta e automática pelo Município e implica, ainda, a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos.
2. O incumprimento do presente contrato-programa pela ADCRBA constitui impedimento para a atribuição pelo Município de novo apoio financeiro ou não financeiro, no período que vier a ser estabelecido pela Câmara Municipal de Leiria.

Cláusula Décima Terceira

Cessação

1. O presente contrato-programa cessa a sua vigência quando:
 - a) Esteja concluído o Programa de Desenvolvimento Desportivo que constitui o seu objeto;
 - b) Por causa não imputável à ADCRBA, enquanto entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;
 - c) O Município exerça o seu direito de resolver o contrato;
 - d) No prazo estipulado pelo Município, não forem apresentados os documentos referidos no presente contrato.
2. A cessação do contrato-programa efetua-se através de notificação dirigida às partes outorgantes, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

Cláusula Décima Quarta

Disposições finais

1. Em caso de diferendo sobre a interpretação do presente contrato-programa as partes desenvolverão esforços de boa fé para encontrar uma solução.
2. Os litígios emergentes da execução do contrato-programa serão submetidos a arbitragem, nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
3. A tudo o que não seja especialmente previsto no presente contrato-programa aplicam-se, subsidiariamente, as normas e regulamentos camarários em vigor no Município de Leiria e a demais legislação especial aplicável;
4. No fim do contrato-programa a instalação deve ser entregues ao Município, nas condições em que foi recebida.

ANEXOS

Anexo I - Programa de Desenvolvimento Desportivo

Anexo II - Plantas da instalação desportiva a que se refere a alínea a) do n.º 3 da Cláusula Primeira

Anexo III - Equipamentos a que se refere o n.º 4 da Cláusula Primeira

Anexo IV - Obras de manutenção referidas na alínea h) da Cláusula Sexta

O presente contrato-programa é composto por __ (____) páginas, feito em duplicado, ambas as cópias com valor de original, devidamente assinado pelas partes depois de declararem ter lido, compreendido e aceite todas as suas cláusulas.

O presente contrato-programa foi ainda objeto de cabimento n.º 1893/13 e compromisso n.º 2221/13, ambos de 05/09/2013, para o ano de 2013 e emitida a nota de contração de dívida n.º 1620 para os encargos a assumir em 2014, 2015, 2016 e 2017.

Leiria, __ de _____ de 2013.

Pelo Município | O Presidente da Câmara Municipal de Leiria | Raul Castro

Pela ADCRBA | O Presidente da Direção | Mário da Graça Lameiro Monteiro»

Considerando a 2.ª revisão da Norma de Controlo Interno (NCI), aprovada em reunião de Câmara Municipal de 2 de abril de 2013, designadamente o seu artigo 107.º, pontos 6. [alínea d)] e 7., a proposta de deliberação para apoio ao evento em epígrafe deve conter «(...) *menção dos apoios (incluindo apoios em espécie) atribuídos ao beneficiário, nos últimos dois anos, com valor e datas.(...)*», listagem fornecida pela DIF, referente aos anos de 2011 e 2012, que se anexa à presente deliberação (Anexo C).

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea f) do n.º 1, do artigo 13.º e da alínea b) do n.º 2 do artigo 21.º ambas da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, e da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de janeiro, **deliberou por maioria**, com o voto contra da Senhora Vereadora Blandina Oliveira, concordar com a minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Leiria e a Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos e remeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal de Leiria.

Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a proceder à sua assinatura.

Deliberou ainda submeter o assunto à Assembleia Municipal para autorização da assunção dos compromissos plurianuais resultantes do presente contrato, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso) e solicitar que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

A Senhora **Vereadora Blandina Oliveira** apresentou uma justificação de voto, cujo teor se transcreve:

«DECLARAÇÃO DE VOTO

(ponto 3.1 da OT da reunião de 10.09.2013 da Câmara Municipal de Leiria)

Na proposta apresentada no mencionado ponto da Ordem de Trabalhos, propõe-se que este Executivo Municipal, no **ponto 3.1**, Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Leiria e a Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos, delibere concordar com a minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município de Leiria e a Associação Desportiva Cultural e Recreativa do Bairro dos Anjos e remeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal de Leiria.

Não colocando em causa o mérito da associação, entendo que para a gestão dos equipamentos desportivos, neste caso a piscina municipal da Maceira, o procedimento escolhido (contrato-programa) não é o adequado devendo em alternativa ter sido cumprido com o disposto no Código da Contratação Pública.

Por outro lado, o contrato-programa implica a assunção de um compromisso plurianual que, de acordo com o disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, carece de autorização prévia da Assembleia Municipal.

Face ao exposto, **voto contra no ponto 3.1** e apresento a presente declaração de voto, designadamente, para os efeitos do n.º 2 do Art.º 28.º do CPA.

Leiria, 10 de setembro de 2013

A Vereadora

(Blandina Oliveira)»

3.2. Alteração aos Regulamentos Internos de Utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria, Piscina Municipal de Maceira, Piscina Municipal de Caranguejeira e respetivas tabelas de preços

A Senhora **Vereadora Blandina Oliveira** questionou se as alterações propostas ao regulamento e tabela de preços se traduzem em alterações nos horários de funcionamento das piscinas e preços praticados, ao que o Senhor **Presidente de Câmara Municipal** esclareceu que os horários e preços se mantinham.

DLB N.º 1106/13 | Presentes os Regulamentos Internos de Utilização do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria, Piscina Municipal de Maceira, Piscina Municipal de Caranguejeira e respetivas tabelas de preços, aprovados em reunião de Câmara Municipal de 19 de fevereiro de 2013.

Considerando que: